

Prioridade de FHC será consolidar o Plano Real

MARIZETE MUNDIM

A prioridade máxima do presidente Fernando Henrique Cardoso será a consolidação do real. Esta tarefa exigirá do seu governo medidas imediatas, algumas delas impopulares, que acarretarão desgastes políticos inevitáveis. Por isso mesmo, deverão ser tomadas no primeiro trimestre, enquanto ainda estão vivas as forças das urnas, que o elegeram com 54% dos votos. No rol das medidas amargas entram a reforma constitucional, a desindexação dos salários e uma "meia-sola fiscal" para equilibrar as contas públicas, até que se promova efetiva reforma tributária.

A consolidação do real — que é a alma do governo FHC — exigirá grande esforço de negociação política, pois dependerá de mudanças constitucionais de porte, como o fim da aposentadoria por tempo de serviço e uma privatização bem mais ampla do que a promovida até agora. A equipe de Fernando Henrique pretende colocar nas Bolsas de Valores o estoque de ações, em poder da União, de 306 empresas privadas, além de vender todas as empresas estatais dos polos petroquímicos. Mais do que isso, pretende "flexibilizar" o monopólio do petróleo, para que a Petrobrás possa atuar em parceria, inclusive com empresas estrangeiras.

Para que a estabilização da economia não sofra retrocessos e

continue no seu processo normal, Fernando Henrique terá de encontrar solução para a completa desindexação da economia. Como desindexar salários com uma inflação de 2 a 3% ao mês? A equipe econômica — que permanecerá em sua gestão — chegou a cogitar implantar a desindexação ainda no governo Itamar Franco, poupando seu sucessor do evidente desgaste de desindexar salários com nível inflacionário impróprio. Optou-se pelo bom senso, esperando momento mais adequado para a decisão.

É certo que Fernando Henrique recebe de seu antecessor um País bem mais administrável do que o que Itamar Franco encontrou. Já vai longe a época de inflação mensal de 40% e falta de perspectivas. Mas, enfrentará grandes dificuldades para assegurar ao real o seu rumo certo. Ficou para seu governo, por exemplo, o desafio da calibragem correta da política cambial e das taxas de juros. Esta questão será, agora, ainda mais polêmica com a indicação do senador eleito José Serra para o Ministério do Planejamento.

Serra já criticou abertamente a política cambial adotada pela equipe econômica depois da adoção do real. Ele é contra a sobrevalorização da moeda brasileira e, como ministro do Planejamento, deverá debater acaloradamente com a equipe econômica esta tese. Já prometeu que o governo FHC será um

"governo pão-duro", falando como o responsável pela elaboração do Orçamento Geral da União. E assim terá que ser mesmo, se se quiser assegurar a consolidação do real.

O fim do Imposto sobre Movimentação Financeira (IPMF) já em 31 de dezembro será mais um golpe no claudicante equilíbrio das contas públicas. Segundo um graduado assessor econômico da atual equipe, promover a reforma tributária em 1995 não resolveria o problema. O mais provável, segundo ele, é que se faça uma "meia-sola", no primeiro ano de governo, e se deixe a reforma estrutural para 1996, quando a estabilização da economia já estaria consolidada e não haveria mais risco de queda de arrecadação.

O mote principal para a consolidação do real será "negociar, negociar e negociar", segundo experiente técnico da área econômica. Os salários pagos em janeiro, com direito a reposição pelo IPC-r, acarretarão o risco de carrearem aumentos de preços, realimentando o processo inflacionário. Além de negociar preços, o governo terá de renegociar a desindexação dos salários.

O esforço de negociação que será exigido para a consolidação do real justifica, segundo os técnicos, a demorada costura política, articulada por Fernando Henrique Cardoso na montagem de seu ministério.

Humberto Prodera



FHC deve usar a força das urnas para ver aprovadas, pelo Congresso, suas propostas impopulares